

Resistências e sobrevivências dos trabalhadores domésticos e em domicílio, Recife, 1830 - 1870.

TATIANA SILVA DE LIMA*

Entre as décadas de 1830 e 1870, o Recife era um dinâmico e importante centro urbano do Brasil, às voltas com Leis, ideias e experiências relacionadas às pressões externas e internas contrárias à manutenção do escravismo, e, a depender do agente, por um devir melhor para os cativos e egressos do cativo. As formas de resistência dos trabalhadores domésticos e em domicílio foram diversas, desde as mais sutis até as mais violentas. Muitas delas se perderam no tempo, não deixaram vestígios materiais, pelo menos. Mesmo assim fizemos o esforço de trazer algumas experiências à tona.

Muitos “domésticos” podiam se recusar a trabalhar, a ir além da sua “especialidade” ou faziam mal as atividades que não fossem da sua alçada. No Recife, na casa de Maria Leal Ferreira, viúva do Tenente Coronel José Antonio Ferreira, moravam seus quatro filhos (Umbelina, José, Candido e Augusto) e dois escravos: Domingos Angola, oficial de carpinteiro, e Joanna Cassange, do serviço de vender na rua, até o ano de 1830.

Com a morte da mãe os “menores” ficaram sob a responsabilidade de Francisco José dos Santos. Porém, este homem os abandonou na casa de sua mulher, que maltratava os “menores”. O Juiz de Órfãos viu o mais novo, Augusto, todo ferido, açoitado, metido em uma cadeia de ferro. Diante disso, a autoridade ordenou que fossem retirados, junto com os cativos, da companhia da referida mulher, nomeando-lhes novo tutor. Ocorre que dois “rapazes malcriados” foram “seduzidos” pela mesma mulher, fazendo o tutor solicitar desistência da responsabilidade, ao que foi atendido, seguindo-se a nomeação de um tutor diferente. Isso tudo aconteceu entre 1830 e 1832.

Em 1834, os “menores” já estavam sob a tutela de outro homem. Na nossa conta, este já era o quarto tutor dos jovens. Não sabemos muito bem como os “menores” e os escravos lidavam com estas mudanças, mas acontece que no mesmo ano de 1834 Ignacio Francisco Cabral informava ao juizado que a escrava Joanna:

por péssima em conducta se tem tornado em capaz (sic) de servir aos mesmos órfãos, nestes termos (...), o suplicante requer a V. Sa. se sirva manda-la por em praça de venda para com o seu producto comprar-se outra que melhor conducta

* Universidade de Pernambuco - UPE, Mestra.

tenha, e melhor sirva aos dois órfãos, passando-se para em fim o competente mandado de Avaliação. (...) a escrava se ausentou de casa para não querer mais sujeitar-se ao serviço dos Suplicantes. [Joanna terminou sendo arrematada por 180 mil réis]. (IAHGP, Inventário de Maria Leal Ferreira, Cx. 036, 1830, f. 5 - 18, 21 - 25)

Havia referência até ao mau caráter das trabalhadoras, como Maria Antonia, Nação Rebolo, 32 anos, serviço de cozinha (Memorial da Justiça, Inventário de Manoel José dos Bastos Mello, 1850). O mau comportamento de José, pardo e moco, devia ser acompanhado de muito quiproquó. Gonçalo José de Oliveira Uchoa em 1849 deixava “forro ao meu escravo (...) o pardo de nome José que é moco” (IAHGP, Inventário de Gonçalo José de Oliveira Uchoa, Cx. 094, 1851, f. 11, 11v).

No ano seguinte Uchoa se queixava:

Declaro que o pardo Jorge desde o tempo que o forreio, nunca me pagou por trabalho que fizesse dinheiro algum antes pelo contrario com ele tive despesas em o mandar ensinar o officio de Carpina, já elle homem, pois que o dito pardo é casado com uma mulher forra, da qual tem oito filhos, e que por ver tanta mizeria lhe dera para morar o sitio na Capunga (...) (IAHGP, Inventário de Gonçalo José de Oliveira Uchoa, Cx. 094, 1851, 18, 18v.).

Declaro que o meu pardo José que o declarava forro em meu testamento ficará forro por (...) ter tido mau comportamento e por conseguinte de nenhum effeito aquella verba (IAHGP, Inventário de Gonçalo José de Oliveira Uchoa, Cx. 094, 1851, 19v).

Poderíamos também encontrar uma preta crioula de meia idade sendo vendida “pelo preço de 350,000 rs; o motivo he por querer vender na rua, e não querer servir em casa: a tratar na rua estreita do Rosário n.11”(Diário de Pernambuco (Recife), 27/01/1855). Desfazer-se de uma escrava assim devia ser porque ela estava incomodando bastante, ou ela tinha uma influência significativa sobre seus proprietários, ameaçava-os com possíveis fugas, “imposição” de novos donos, e havia outros serviçais na casa para recompensar as recusas da preta crioula, ou quando ela fazia tudo lentamente e/ou malfeito.

Ainda havia o risco de pequenos furtos praticados ou imputados aos criados. Pelos idos da década de 1860, Manoel Caboclo (nome que denuncia seu perfil étnico) foi acusado

de furtar um relógio meio cronômetro de prata dourado (Diário de Pernambuco (Recife), 24/01/1862). Dentro desta perspectiva, uma cativa foi colocada a venda em 1848 tendo como destaque a capacidade “de reger uma dispensa com toda a fidelidade”, como lemos a seguir:

Vende uma parda de bonita figura, de 20 annos, que corta e dá prompto um vestido de senhora, corta e faz uma camisa de homem, ou de senhora, engomma com asseio, he muito domestica, não tem vícios nem achaques de qualidade alguma, he capaz de reger uma dispensa com toda a fidelidade, o que tudo se afiança debaixo de baixo (sic) de palavras: na rua estreita do Rosario, n. 10, terceiro andar. (Diário de Pernambuco (Recife), 13/01/1848)

Divulgar “roubos”, condutas de obediência e fidelidade servia como recomendações, referências aos interessados em comprar ou alugar um criado cativo ou contratar um empregado livre honesto. Atribuir furtos aos serviçais os revestia de impureza e de perigo. Mas ao mesmo tempo expressava a desigualdade entre eles e seus superiores, e em última análise demonstrava um ato de rebeldia dos subalternos. Pedir um item que compunha a dispensa podia até partir de um serviçal, ao contrário de um relógio de prata, mas o produto viria como uma dádiva, no sentido atribuído por Marcel Mauss, devendo ser retribuído, e no caso dos criados, com subalternidade. Furtar era subverter esta lógica, era conquistar um espaço de autonomia, abalar a confiança obtida através do merecimento. (BRITES, 2000)

O “roubo” tem sido pouco analisado nos estudos das Ciências Sociais e da História. Estas áreas do conhecimento tem tratado questões mais genéricas a respeito da marginalidade, violência e do banditismo como expressões de “resistências” a uma lógica burguesa. A historiografia sobre serviço doméstico na América Latina tem analisado o “roubo” apenas como “acusação” dos patrões sobre os empregados. (BRITES, 2000: 125)

Também incomodavam muito aos senhores/patrões os criados bêbados e fujões. A viúva Tereza Perpétua de Jesus que viveu até 1840 possuía a crioula Josefa, com então 7 anos de idade, que aos 13 tornar-se-ia viciada em bebida alcoólica e teria o costume de fugir. Em meados da mesma década, havia fugido:

a preta Catharina, de nação Caçange, baixa, cor um pouco fula; tem falta de um dente na frente, peitos pequenos, pés curtos e grossos; bebia agu'ardente, e deve representar hoje 28 annos, talvez tenha filhos: quem a pegar, ou queira dar

noticias, dirija-se a José Luis Pereira, morador na rua Nova desta cidade, que gratificará generosamente. (Diário de Pernambuco (Recife), 16/01/1846)

Até 1846, Francisco da Silva e Luiza Gonçalves da Silva, além de terem problemas passionais entre os filhos - dos quais decorreu a morte de um deles, viram-se às voltas com Raimundo crioulo, 22 anos, do serviço de casa, e Manoel de Nação Benguela, 45 anos, do serviço do campo, que tinham o vício de beber aguardente. (IAHGP, Inventário de Francisco da Silva e Luiza Gonçalves da Silva, Cx. 074, 1846, f. 27)

Por esta mesma época, um anunciante do Diário de Pernambuco demandava: “Compra-se um preto, ou moleque de 16 a 25 annos, que entenda de cosinha, seja fiel, e que se venda por qualquer circumstancia, que não seja de bêbado e fujão, paga-se bem; na rua do muro da Penha, sobrado n. 36.” (Diário de Pernambuco (Recife), 07/01/1845)

Em estudo inaugural, Eduardo Silva e João José Reis analisaram as fugas como unidade básica de resistência no sistema escravista; sua simples possibilidade marcava os limites da dominação. O maior obstáculo às fugas era a própria sociedade escravista, seus valores, sua percepção da realidade, o que os autores chamaram de paradigma ideológico colonial. Este fenômeno podia ser observado no grande contingente de cativos soltos, sem vigilância, nas ruas das cidades.

Os referidos autores caracterizaram as fugas entre reivindicatórias e fugas-rompimento. As primeiras não pressupunham um rompimento radical com o sistema, elas objetivavam rever parentes e conhecidos, refazer laços afetivos, buscar padrinhos, antigos e novos donos, esfriar a cabeça de proprietário irritado antes de uma punição ou depois de punição injusta, de maus tratos. As fugas-rompimento parecem ter acontecido principalmente por causa da quebra de compromissos e acordos. (SILVA, REIS, 1989: 62 - 67)

Esta estratégia foi utilizada principalmente pelas escravas vendeiras e dos serviços pessoais que exigiam locomoção no espaço urbano – a exemplo das lavadeiras. Nesta perspectiva, podemos citar:

50\$000 reis. Fugiu no mez de Maio de 1834 uma molata de nome Manoela, alta, groça do corpo, cabellos anelados, orelhas pequenas, e acabanadas, nariz e beiços, groço, sendo o de sima mais groço que o de baixo, um dente falto na frente da parte de sima, espadaúda, cor de canella, peitos cahidos, mãos carnudas, e pequenas, braços groços, idade de 22 a 24 annos, quando sahio tinha uns panos brancos no

rosto, boa engomadeira, e lavadeira. Qualquer pessoa que a pegar terá o premio acima, o mesmo se offerece a quem della denunciar mostrando onde está, promentendo-se não se descobrir, e está em título de forra; qualquer pessoa que a troucer, ou denunciar dirija-se ao pateo do Carmo sobrado de um andar D. 1, onde receberá a dita quantia (Diário de Pernambuco (Recife), 27/01/1837)

Em janeiro de 1839, havia fugido a cativa Joanna, negra de “Nação caçange” com cerca de dezoito anos, costumava vender frutas de manhã, doces à tarde, e flores de pena, pano e canotilho branco. (Diário de Pernambuco (Recife), 24/01/1839) Numa tarde do início de 1852, fugiu Joaquina, de vinte e cinco a trinta anos de idade; ela andava vendendo bolinhos em uma bandeja. (Diário de Pernambuco (Recife), 10/01/1852)

Não é difícil imaginar que, além de confeccionar os produtos a serem vendidos, estas mulheres exerciam as tarefas de manutenção da família e da casa. Vejamos outro caso a seguir de vendedora e, decerto, fabricante de banha e goma:

Fugio no dia 8 de dezembro do anno passado, a escrava Maria, de nação Caçange de boa estatura; tem os olhos um tanto vermelhos e um sinalzinho de carne no rosto do lado esquerdo acima do canto da boca; tem no braço direito (...) uma marca e outra nas costas abaixo da pá, que he a maior, pernas (...) idem, os pés dos dedos com marcas de bixos; levou vestido velho de chita com um babadinho por baixo, pano da Costa, um tabuleiro em que andava vendendo banha e goma quem a pegar leve-a a rua Velha, nº 26, casa de Francisco Ferreira Thomé, que gratificará. (Diário de Pernambuco (Recife), 13/01/1849)

Algumas escravas que moravam fora da residência dos seus donos, a exemplo da vendedora Rosaria, também conhecida como Rosalina ou Maria do Rosário, terminavam fugindo. Ela habitava na Ribeira – bairro de São José, nos fundos de uma taberna que fazia frente para a Rua da Praia, e vivia de vender comida cozida: angu, milho e canjica. A preta crioula era nascida no sertão de Cabaceira, filha da forra Maria Thereza da Conceição, tinha de dezesseis a dezessete anos, e estava grávida de três a quatro meses quando fugiu em janeiro de 1862. Talvez a gravidez, a possibilidade de se tornar ama de leite e até de ser separada do filho tenham pesado na decisão de fugir. (Diário de Pernambuco (Recife), 13/01/1849)

¹ “Canotilho, s. m., Fio de prata feito em canudinho, envolvendo-se espiralmente. (canetille, Francez)”. MORAES SILVA, 1813: 338. Disponível em www.brasiliana.usp.br. Acesso em 04/04/2010.

João José Reis e Eduardo Silva pensaram na predominância das fugas para fora, para lugares de difícil acesso, até meados do século quando vigorava o paradigma colonial. Isso teria mudado mais precisamente a partir de 1870 com a ampliação de um mercado livre de trabalho, o crescimento urbano e as mudanças nas mentalidades coletivas, fazendo com que as fugas se voltassem para dentro, para o interior da sociedade escravista, nos limites urbanos ou nos lugares circundantes. (SILVA, REIS, 1989: 71, 72)

Estudando as estratégias de resistência escrava no Recife oitocentista, Wellington da Silva recuou a prática das fugas para dentro à década de 1840. De acordo com o autor, por esta época, as matas já não comportavam espaço para a formação de grandes quilombos. A agricultura comercial implantada nos nichos ecológicos, ideais para esconderijo, tornava a fuga para a mata mais difícil. No sertão se expandiram os algodoais e os rebanhos de gado. A costa da província pernambucana era ocupada pelos engenhos de açúcar. Então, a cidade crescia para dentro do Capibaribe e para perto dos canaviais. (SILVA, 1996: 27) O tecido social no qual os escravos se inscreviam, devemos salientar, era importante para que a fuga para dentro se tornasse realidade e para o “fujão” ou a “fujona” continuar no núcleo urbano ou nos arrabaldes da cidade. (SILVA, 1996: 59)

Foi assim com a crioula Filippa, mãe de 38 anos. Havia sido cativa do finado Coronel Bredorodo e do Brigadeiro Aleixo, com quem ficou o seu filho quando foi vendida ao negociante de escravos Jose da Silva Monteiro, morador na Rua do Fogo, em outubro de 1848. Numa manhã do final de novembro deste mesmo ano ela fugiu. Para se sustentar, andava pedindo roupa para lavar de ganho, indo realizar seu trabalho no Monteiro. Felippa havia contraído amizade com os pretos do finado Coronel, tanto que os visitava algumas noites, provavelmente possuía uma madrinha forra em Fora de Portas – bairro do Recife, onde ia dormir, e um irmão forro no Cordeiro, onde dormia muitas vezes também. (Diário de Pernambuco (Recife), 04/01/1849)

Do Sítio da Soledade, pertencente a Francisco Antonio Rabello de Carvalho, havia fugido em 1849 a lavadeira preta Maria Angica (50), que tinha “marca de sua terra” nos dois lados do rosto, e um “caroço no pescoço do lado esquerdo, bem visível, que parece[ia]

lobinhoz, cujo caroço ella traz[ia] sempre escondido para não ser visto”. Ela costumava lavar roupa em Apipucos, Poço e Beberibe, e já havia informação que estava “acoitada em algum mocambo do engenho Apipucos”. Quem a capturasse deveria levá-la ao sobrado do anunciante à Rua Direita, ou no seu sítio, que seria recompensado. (Diário de Pernambuco (Recife), 08/01/1850)

A escrava preta Marcellina, nascida no Brasil, também com um caroço parecendo lobinho, que apenas cosia com óculos, fugiu no final dos anos 1840. Desconfiava-se que havia sido levada à paragem mais distante, o engenho Perereca em Rio Formoso (COSTA, 1976: 604), onde tinha irmãos. Sua senhora D. Joanna Francisca de Jesus solicitava às autoridades policiais e capitães do campo que, depois de capturá-la, levassem-na à Rua das Cruzes, n. 40, que seriam gratificados. (Diário de Pernambuco (Recife), 01/06/1853. Citado no Diário de Pernambuco (Recife), 01/06/2003).

Eventualmente a fuga foi praticada por potenciais cativas amas de leite e por mulheres forras crias da casa:

Foram seduzidas ou furtadas do sítio do abaixo assinado, duas mulatas, uma escrava de nome Raimunda, alta, com o rosto redondo, beiços grossos; levou consigo um filho de mês e meio. A outra mulata é forra, chama-se Narciza, tem 17 anos de idade, é clara, tem o corpo regular, os cabelos corridos e boca grande, foi criada e educada na casa do abaixo assinado. Espero até domingo próximo vindouro a entrega da mulata cativa com a cria e notícias da forra que por este declaro não a querer mais em casa. Sendo porém, que não apareçam até o dia indicado, levarei esse fato com todas as suas circunstâncias ao conhecimento do público e da polícia. João do Rego Barros Falcão. (Diário de Pernambuco (Recife), 01/06/1853. Citado no Diário de Pernambuco (Recife), 01/06/2003).

² “Lobinho, Lupia. Tem-se dado estes nomes a tumores nascidos por baixo da pelle, indolentes, circumscriptos, moveis, do volume de uma ervinha até ao de uma laranja. São formados por um sacco que contém um fluido análogo, por sua consistência, á claro de ovo, ou uma matéria semelhante ao mel, ou uma substancia que foi comparada ás papas, ou matéria gordurosa mais ou menos consistente. Estes tumores podem desenvolver-se em todas as regiões do corpo, mas com especialidade na cabeça e no rosto. Suas causas são muito obscuras; parece que é necessária uma predisposição para as pancadas poderem produzi-los; certas famílias lhes são mais dispostas. O lobinho simples não é perigoso por si, mas pôde tornar-se muito incommodo ou produzir deformidade. Alguns lobinhos, e principalmente os que affectam as pálpebras, desapparecem espontaneamente; mas no maior numero de casos persistem, e os doentes são obrigados a reclamar os soccorros da arte. A cauterização ou a extirpação dos tumores são os meios de cural-os; não se deve contar com os effeitos dos emplastos ou pomadas em que algumas pessoas tem confiança. Não é necessário operar os lobinhos pequenos e múltiplos.” CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. Dicionario de medicina popular e das sciencias accessorias ... 6. ed. consideravelmente aumentada, posta a par da ciência. Paris : A. Roger & F. Chernoviz, 1890, v. 2, p. 324, 325.

A fuga de Raimunda e seu filho era uma operação arriscada, incerta, sobretudo porque a criança era recém nascida. Raimunda vislumbrava uma vida diferente para o filho como livre, e evitava possíveis separações se fosse vendida ou alugada como ama de leite. Mas, quais outros aspectos pesaram na decisão sobre o momento da empreitada? Desespero? Melhor oportunidade de fuga? Nada pode ser descartado. No caso de Raimunda, temos um indício da “boa” oportunidade de fuga, pois ela e seu filho não fugiam sós, mas com a forra Narciza, que havia sido criada e educada na casa do proprietário. E mais, segundo o anunciante, elas foram seduzidas ou furtadas, o que denota o envolvimento de outras pessoas no caso.

E por que a forra Narciza havia fugido? Não sabemos o quanto a condição de forra a diferenciava de uma cativa, se tinha ou não mais autonomia... Porém, sabemos que ela tinha um relacionamento diferente com seu dono, pois havia sido criada e educada na casa dele e certamente havia sido alforriada por isso. O certo é que Narciza alçou outros vôos na construção da liberdade, e mesmo não sabendo, estava indo bem, caso seu ex-dono não estivesse mentido quando anunciou que não a queria mais em casa. Tudo isto devia também pesar na decisão de Raimunda; afinal, ela via uma pessoa forra topando fugir. E ela, então, o que faria sendo escrava e tendo um filho da mesma condição?

João do Rego Barros Falcão³ não solicitou o trabalho de homens que capturavam escravos fugidos. Ele levantou a hipótese de roubo ou acoitamento destas mulheres e contava com o arrependimento dos envolvidos nos atos ilícitos, ameaçando levar o caso ao conhecimento do público e da polícia.

Os escravos homens dos serviços pessoais que fugiam eram de diversos ofícios: cozinheiros, alfaiates, ganhadores. No início dos anos 1850 Manoela Francisca de Jesus, mãe e tutora de Florencia, Rita e Laurino, suplicava ao Juiz de Órfão que mandasse à praça pública para serem arrematados os cativos Matheus (Nação Costa, 31 anos, ganhador) e Mathias (Nação Baca, 16 anos, serviço de rua), que assim como Justina (27) só viviam fugindo. As capturas dos escravos demandavam bastante gastos a Manoela, e nenhum lucro para o sustento dos seus filhos, aos quais pertenciam os referidos escravos por herança do Vigário

³ Foi general pernambucano que conquistou renome na Guerra do Paraguai (1864 – 1870). COSTA, 1983: 456.

Braz Manoel Machado. O pedido foi deferido pelo Juiz. (Inventário de Braz Manoel Machado (Vigário), Cx. 084, 1849, f. 60)

Na mesma época, fugiu da casa de José Ferreira Marinho, na Rua do Amparo - Olinda, n. 7, o escravo Selestino, crioulo, de 23 anos, cor preta, que “cose[ia] um pouco de alfaiate”, levando várias peças de roupa: “uma jaqueta de merinó preto já usada, chapéu preto de mola já velho, 4 camisas de madapolão, uma dita de algodão trançado com listras, 4 calças, sendo uma de brim já velha de quadros azues, outra dita de brim listras, outra de algodão com listras cor de café, e outra de algodão com listras rouxas”.(Diário de Pernambuco (Recife), 08/01/1850)

Não era difícil ver cativos cozinheiros, que tinham uma significativa inserção no mercado de trabalho, nos anúncios de escravos fugidos:

No dia 9 do corrente desapareceu um escravo crioulo, de nome Joaquim, que representa 24 annos de idade, boa estatura, cheio do corpo, com buço em baixo do queixo, pernas finas, pés apalhetados, muito pequenos, a ponto de ser defeituoso; este escravo he muito conhecido nesta praça por ter sido escravo do Dr. Teberge, depois passou para o Bernardino, e este o vendeu a Pedro Alexandrino Gomes, por ter ido em praça o anno próximo passado; he cozinheiro e vivia trabalhando em armazém de assucar no Recife (...) levar a seu senhor, na rua Nova, n. 67, (...) será bem recompensado.(Diário de Pernambuco (Recife), 10/01/1850)

As festas proporcionavam momentos oportunos para as fugas. Na véspera do réveillon de 1857, o crioulo Marcolino (de 16 a 18 anos de idade), pertencente a Dlaudio Dubeux, escapou. O “moleque” havia sido escravo da Sra. D. Catharina (moradora na Soledade), e foi cozinheiro da Casa de Pasto Cova de Onça. (Diário de Pernambuco (Recife), 02/01/1858)

De todo modo, os subordinados possuíam grande potencial de resistência. Assim, a cativa Albina de 13 anos, pelos idos de 1868, colocou limão na comida da sua senhora que estava de cama. A senhora era tão cruel que Albina correu e lançou-se ao Rio Capibaribe que passava próximo do sítio na Torre ao qual a cativa pertencia. E como não havia no momento alguém que soubesse nadar, morrera, aparecendo o seu corpo dois dias depois. (APEJE, Fundo S.S.P., D. P. Capital 1866 – 71, f. 190)

Saber bem as propriedades dos alimentos podia ajudar na hora de fazer o mal, de se vingar dos senhores/patrões. Serviçais chegavam a assassinar seus superiores por envenenamento. (COLLINS, 1999). Só para termos uma ideia, o sumo da mandioca deixada

de molho, chamado de manipueira, tem alto teor de toxicidade, é até mais perigoso do que os tapurus que surgem do próprio líquido. Estes vermes peçonhentos já haviam sido registrados por Gabriel Soares no Tratado Descritivo do Brasil em 1587. Eles foram suficientes para muitas índias matarem seus maridos, senhores e quem quisessem, e para algumas mulheres brancas usarem contra seus maridos. (KOSTER, 1978: 365)

Escravos tentavam matar seus senhores, como a escrava da Costa “criminosa que no dia 18 de maio de 1844 tentou assassinar sua senhora talhando-lhe o rosto com uma faca (...)”. (FREYRE, 1979: 74, 75) Eles não só tentavam como assassinavam mesmo. Em Goiana no dia 4 de março de 1854 o senhor de engenho e capitão Francisco Cavalcanti da Cunha Vasconcelos foi assassinado por escravos seus “de combinação” com escravos de seu vizinho Manoel Bezerra Cavalcanti de Albuquerque Jardim. A preta cozinheira e engomadeira de Francisco foi considerada “Agente moral do assassinato do seu Senhor”. (APEJE, PC 337, f. 175, 175v.)

Certos lugares e ocupações da casa podiam desempenhar um poder articulador entre os seus trabalhadores e membros. Na representação de José Lins do Rego, a cozinha da casa grande era onde se publicavam as novidades, onde subalternos se encontravam, negras e brancas conversavam, onde negras pediam seus favores. (REGO, 2008: 132) A historiografia, inclusive a internacional, argumenta que os cativos domésticos podiam transmitir de maneira própria a cultura da casa grande para as senzalas, podiam fazer circular informações importantes para se protegerem. Além de solidariedade podia haver entre os cativos do eito e os domésticos um “senso comum” sobre as formas de opressão senhorial e das suas condições de cativos. O plano de algumas sublevações e fugas se deu tanto nas senzalas como nas cozinhas das casas grandes. (GOMES, 1995: 224, 225)

Francisco Cavalcanti da Cunha Vasconcelos tinha irmãos e mãe, que era proprietária do Engenho Cachoeira localizado no distrito de Nossa Senhora do Ó distante 5 léguas de Goiana. Juntos possuíam mais de 100 escravos. Todos os membros da referida família de proprietários pareciam ser senhores rígidos e cruéis: Francisco com certeza não havia sido assassinado à toa, e sua mãe e irmãos prenderam no tronco 5 cativos suspeitos de participar da rebelião, castigando-os ao ponto de um morrer na delegacia. Mais 12 escravos eram suspeitos da ação. Destes, 10 foram detidos e 2 fugiram, pelo menos até o dia 9 de março quando o

preto Ignácio escravo de Manoel Bezerra Cavalcanti de Albuquerque Jardim foi preso. (APEJE, PC 337, f. 175, 176, 177)

Devido à morte do escravo surrado no tronco as autoridades deveriam, por lei, “capturar” todos os parentes de Francisco “mandantes e mandatários” do castigo. No entanto, a possibilidade das “detenções” fez manifestar a preocupação de “uma insurreição dos escravos do engenho da Mãe do falecido (...) e passar ela às fábricas dos engenhos vizinhos, e assim comprometer a ordem pública da comarca, (...) consideran[do] finalmente que tais prisões podem traze[r] a gás animosidade aos escravos em geral”. (APEJE, PC 337, f. 176)

No início do século XIX Goiana gozava de relativa prosperidade com a agricultura da cana de açúcar, o comércio das carnes verdes e o artesanato. O lugar também era importante do ponto de vista político. Os goianenses apoiaram a revolução de 1817. Em Goiana instalou-se um Governo Constitucional Temporário (Junta) em agosto de 1821, rivalizando com o governador Luís do Rego, favorável às cortes constitucionalistas de Lisboa. No mesmo ano o governador embarcou com parte da tropa portuguesa para Lisboa. A partir de então foi eleita uma Junta Governativa Provisória na província, presidida por Gervásio Pires, que parecia mais independente do Rio de Janeiro na figura do Príncipe Regente do que em relação a Lisboa. Mas Gervásio foi deposto pela Regência no meio do ano de 1822. (FERRAZ, 1996: 140-206)

O que fez surgir o medo entre as autoridades de um movimento violento entre os cativos após a rebelião escrava que levou à morte o senhor de engenho e capitão Francisco? Com certeza, não foi apenas um aspecto. “Prender” os proprietários abriria brechas para a resistência dos subalternos. Como exemplo concreto podemos citar o espaço insurrecional mais importante da província no oitocentos, o quilombo de Malunguinho, que se formou nas matas do Catucá a partir das fugas de cativos da zona da mata e do Recife durante as guerras civis de 1817 e 1824, quando as elites lutavam entre si. A mencionada floresta compreendia o eixo urbano do Recife e de Olinda indo até a vila de Goiana, vale destacar. Os moradores do quilombo viviam da caça, agricultura de subsistência, de algum comércio e contrabando, e de roubos. Para sobreviver o quilombo também contou com uma complexa rede de informações, através da qual seus habitantes sabiam antecipadamente sobre as mobilizações de tropas contra eles. Até o fim dos anos 1830, quando foi destruído com o apoio central, o quilombo

de Malunguinho causou prejuízos e preocupações aos proprietários e elites. (CARVALHO, 1998: 180-188)

Naquela área também havia aldeamento indígena. Donos de engenhos aumentavam os limites das suas terras e construía novos engenhos sobre as terras dos índios, que lutavam contra tais poderosos, até o aldeamento ser extinto em 1872. A partir de então as posses de vários engenhos foram finalmente legitimadas, inclusive as do engenho Cachoeira, pertencente à mãe do vitimado Francisco Cavalcanti da Cunha Vasconcelos nos idos de 1854. (COSTA, 1983: 45, 46) Nesta perspectiva, o contexto era de muita violência entre potentados e subordinados da região.

Condições mais óbvias que contribuiriam para fomentar o receio entre as autoridades de uma insurreição escrava foram: o medo da haitianização; as convulsões coletivas de cativos em outras vilas e províncias, a exemplo da rebelião de Carrancas, na Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais, em 1833.

Esta rebelião começou quando 3 escravos mataram o filho do seu senhor, que era deputado de província e de família destacada, a Junqueira. Depois, mais cativos se uniram aos citados e se dirigiram à outra fazenda, matando todos os brancos lá existentes da mesma família. Mais de 30 escravos de várias propriedades participaram do levante, alguns morreram e outros foram capturados e condenados pelas autoridades policiais. A origem dos revoltosos era diversa, entre africanos e crioulos, que segundo a historiografia eram pouco inclinados às revoltas. Os motivos alegados pelos acusados foram: tratamento violento e vontade de se tornarem forros – as autoridades evitaram que falassem muito para não haver apelações. Os cativos envolvidos deveriam ser executados exemplarmente, o que aconteceu com 17 deles. Durante a rebelião autoridades policiais e proprietários da área e de outras comarcas, como o Vale da Paraíba (onde o contingente de cativos também era grande) reforçaram a segurança com medo que acontecessem outros levantes. “A pressão demográfica de escravos no interior destas áreas de grandes escravarias justificava a apreensão dos proprietários”. (FARIA, 2004: 57) Isso também deve ter contado no caso de Goiana.

Flávio Gomes estudou um levante quilombola em Vassouras, província do Rio de Janeiro, em 1838. Centenas de escravos de fazendas diferentes fugiram, roubando mantimentos e ferramentas, para a mata com o objetivo de formar um quilombo. Escravas

domésticas participaram da sublevação: lavadeira, enfermeira, e especialmente Mariana Crioula, mucama e costureira, uma das líderes do futuro quilombo, intitulada de rainha. Manuel Congo foi apontado como mais um líder e o rei da comunidade projetada. Predominaram os cativos do grupo lingüístico banto, mas com participação de crioulos, perfil de uma comunidade escrava que iria além das diferenças étnicas, segundo Gomes. Assim como em Carrancas, em Vassouras existia pouco interesse a respeito do que motivou os escravos a fazerem o movimento; o mais importante parecia ser o castigo exemplar. (GOMES, 1995: 179 – 296)

Referências bibliográficas

- BRITES, Jurema. *Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico*. 2000, Tese (Doutorado em Antropologia Social) UFRS, Porto Alegre.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias ...* 6. ed. consideravelmente aumentada, posta a par da ciência. Paris : A. Roger & F. Chernoviz, 1890, v. 2.
- COLLINS, Jane-Marie. Slavery, Subversion and Subalternity: Gender and Violent Resistance in Nineteenth-Century Bahia. In Solange Ribeiro de Oliveira e Judith Still (orgs.). *Brazilian Feminists* (Nottingham: The University of Nottingham, 1999) p. 34 – 56.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Vocabulário Pernambucano*. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1976.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos 1666 - 1700*. 2. ed. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1983, volumes 6 e 8.
- FARIA, Sheila S. de C. *Sinhás pretas, damas mercadoras*. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700 – 1850). 2004, Tese (Concurso professora titular em História do Brasil) UFF, Niterói.
- FERRAZ, Socorro. *Liberais & Liberais: guerras civis em Pernambuco no Século XIX*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas, mocambos e comunidades de senzalas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

KOSTER, Henry. KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Luis da Câmara Cascudo. 2. ed. Coleção Pernambucana. Vol. XVII. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Governo do Estado de Pernambuco, Departamento de Cultura: 1978.

MORAES SILVA, Antonio. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Vol. 1. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. 96. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

SILVA, Eduardo, REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Wellington Barbosa da. *A cidade que escraviza, é a mesma que liberta... Estratégias de resistência escrava no Recife do século XIX (1840-1850)*. 1996, Dissertação (Mestrado em História), Recife, UFPE.